

## Inclusão e a Educação Profissional e Tecnológica: uma revisão bibliográfica

Esther Oliveira Cunha (IFPB, Campus João Pessoa), Carlos Alberto da Silva Albuquerque Junior (IFPB, Campus João Pessoa), Simone de Andrade Lima Santana (IFPB, Campus João Pessoa), Clecia de Oliveira Cavalcanti Patricio (IFPB, Campus João Pessoa), Regina de Fátima Freire Valentim Monteiro (IFPB, Campus João Pessoa), Andréa de Lucena Lira (IFPB, Campus João Pessoa).

**E-mails:** [esther.oliveira@academico.ifpb.edu.br](mailto:esther.oliveira@academico.ifpb.edu.br), [carlos.albuquerque@academico.ifpb.edu.br](mailto:carlos.albuquerque@academico.ifpb.edu.br), [simone.andrade@academico.ifpb.edu.br](mailto:simone.andrade@academico.ifpb.edu.br), [clecia.patricio@academico.ifpb.edu.br](mailto:clecia.patricio@academico.ifpb.edu.br), [regina.monteiro@ifpb.edu.br](mailto:regina.monteiro@ifpb.edu.br), [andrea.lira@ifpb.edu.br](mailto:andrea.lira@ifpb.edu.br).

**Área de conhecimento (Tabela CNPq):** 7.08.07.05-1 Educação Especial

**Palavras-chave:** deficiência; PCD; inclusão; educação profissional e tecnológica; EPT.

### 1. Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ainda representa um grande desafio, principalmente pela ausência de formação adequada por parte dos docentes. A partir dessa constatação, este resumo se dedica a efetuar levantamento bibliográfico e documental sobre a temática, a fim de identificar lacunas, e reconhecer avanços. De acordo com o IBGE (2023), cerca de 18,6 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, representando 8,9% da população. No entanto, apenas 25,6% das pessoas com deficiência concluem o Ensino Médio e somente 7% têm acesso ao Ensino Superior, contrastando com os 20,9% da população sem deficiência. Esses dados demonstram a exclusão educacional que ainda persiste, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de analfabetismo entre PCDs são os mais altos do país.

### 2. Materiais e métodos

Foi corporificada a metodologia de pesquisa aplicada com abordagem qualitativa e exploratória em forma de revisão bibliográfica e documental, realizando a busca por artigos nos portais de divulgação científica da CAPES e Google acadêmico, assim como, levantamento de dados estatísticos e geográficos sobre o Brasil, a fim de explorar os materiais já escritos sobre o ensino especial e inclusão de alunos com deficiência, servindo de base para o desenvolvimento de um produto educacional, Blog Professor Inclusivo. Desse modo, discutir o que se tem estudado e divulgado do assunto e o que desafia seu progresso de implementação nas instituições de ensino.

### 3. Resultados e discussão

O estudo teve início com o levantamento de informações acerca da comunidade PCD no Brasil, buscando compreender através de informações estatísticas e censitárias fornecidas pelo IBGE (2023), os dados sociais e educacionais que revelou dados sobre a escolarização da população brasileira com e sem deficiência. Os dados revelam um cenário de profunda desigualdade no acesso à educação formal, evidenciando um processo histórico de exclusão educacional vivenciado pelas pessoas com deficiência. A Taxa de Analfabetismo representa cerca de 19,5% de pessoas com deficiência, enquanto que pessoas sem deficiência são 4,1% da população nacional., demonstrando um índice de analfabetismo quase cinco vezes maior para PCDs. Segue-se ainda, sem instrução ou com apenas parte do ensino fundamental (pessoas com 25 anos ou mais) PCDs: 63,3%, e sem deficiência: 29,9%. Em relação aos que finalizaram o ensino fundamental ou parte do ensino médio, 11,1% eram PCDs e sem deficiência 12,8%. Cerca de 25,6% dos PCDs atingiram ou ultrapassaram o ensino médio, enquanto pessoas sem deficiência 57,3%. E ainda 7,0% dos PCDs possuem ensino superior, e sem deficiência 20,9%.

Esses números deixam evidente que a maior parte das pessoas com deficiência não concluiu a educação básica, com 63,3% delas não tendo nenhuma instrução ou apenas parte do ensino fundamental. O acesso ao ensino médio e superior também é significativamente menor. Mesmo nos níveis mais elevados de escolaridade, a exclusão persiste: apenas 7% das PCDs possuem ensino superior, contra 20,9% das pessoas sem deficiência. A região Nordeste, do Brasil, apresenta a maior taxa de analfabetismo entre PCDs, com 31,2%, enquanto a região Sul possui a menor, com 12,7%. Dados do INEP (2023) evidenciam o aumento de cerca de 40% na matrícula da educação especial em classes comuns nos últimos quatro anos, com 1.617.420 de matrículas em 2023 e 1.152.875 em 2020. Ao mesmo tempo demonstra um declínio no número de matrículas da educação especial em classes exclusivas.

Diante da carência de atenção e do incremento, evidenciado pelos dados anteriores, nos números da educação inclusiva no Brasil, foi possível notar, através da leitura de artigos sobre educação especial e inclusiva, diferentes pontos em desenvolvimento e os principais desafios sobre a temática.

Gonçalves (2024), em seu estudo voltado para as dificuldades enfrentadas pelos usuários PCDs de uma biblioteca em uma instituição pública de ensino, se destinou a promover a acessibilidade informacional aos produtos e serviços oferecidos, além de cumprir seu papel de armazenar informações, tornando um ambiente com alto potencial de inclusão de forma que contemple as diversidades, promovendo a autonomia e a aprendizagem de todos os usuários.

Já o estudo de Ramos (2022) evidenciou os principais desafios no ensino, na modalidade cursos técnicos integrados a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tal que, embora já houvessem práticas inclusivas através dos professores, essas ocorriam de forma isolada, o que por sua vez, limitava o alcance das pessoas alvo das práticas, foi então que o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (ENAPE) promoveu ações de ampliação das práticas inclusivas, com duas frentes, formação e reflexão pedagógica que fortaleciam práticas inclusivas na esfera da EPT, ainda na pesquisa o autor trás a produção de um novo produto educacional o - Guia Prático Pedagógico: Vivências e Práticas Inclusivas na EPT- que teve o objetivo de orientar os educadores para se integrarem aos direitos dos estudantes com deficiência.

Em seguida foi consultado o estudo de Freitas (2020), que traz o uso da Tecnologia Assistiva (TA) como ferramenta de inclusão, não só para o público PCD, mas também para todos contemplados pela educação especial prevista na Constituição Federal (1988) e que mais tarde foi reforçada pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o intuito de mostrar a importância dos profissionais da educação terem capacidade de utilizar essa ferramenta de acessibilidade inclusiva nas rotinas de aula. Além disso, foi desenvolvido também um produto educacional em formato de curso de formação a distância, e uma cartilha complementar para capacitação do uso de TA, voltado para os professores, o que por sua vez, com base nos resultados obtidos demonstrou a importância dessa capacitação no uso de ferramentas facilitadoras do ensino-aprendizagem voltando pra inclusão.

Cabral, Mota e Gomes (2020) faz, em seu estudo, uma intercessão entre a Educação Profissional e Tecnológica e a exclusão social nessa modalidade de ensino, a fim de compreender em uma linha histórica as contribuições que levaram a essa realidade, em paralelo com os desafios enfrentados e a construção de leis regulamentadoras, e com especial atenção para o desenvolvimento dessas políticas na Rede federal de Educação Profissional e Tecnológica na oferta de formação EPT para pessoas com deficiência, buscando falhas e fazendo análises minuciosas.

Ademais, a pesquisa de Abreu (2020) retrata objetivamente a execução das políticas de inclusão para PCDs enquanto simultaneamente expõe as barreiras que persistem e limitam a inserção dessas pessoas ao ambiente, a pesquisa foi realizada a partir de estudantes com deficiência de uma instituição pública de ensino expondo seus pontos de vista contextualizando-os com a história e os avanços legais, diretamente relacionados com a existência de problemas arquitetônicos, comunicacionais, pedagógicos e atitudinais, que por sua vez, já mencionado anteriormente impedem a total integração desses estudantes ao ambiente educacional.

Brancher, Oliveira, Piovesan e Silva (2019) falam sobre a formação docente para educação inclusiva no ensino regular, de forma sistemática e com base nos critérios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, visando analisar por meio de literaturas a repercussão das adaptações pedagógicas, administrativa e acadêmicas no processo de inclusão das pessoas com deficiências múltiplas, os principais desafios enfrentados por professores nesse contexto e a importância de possuir uma formação especializada e também como essas práticas se refletem no sistema educacional brasileiro.

Assim, seguindo a mesma linha de raciocínio, Bazante (2012) traz em sua tese uma abordagem mais próxima do indivíduo, a pessoa com deficiência, analisando não só as suas características e especificidades, mas também como ele se relaciona com o mundo a sua volta, desde as relações familiares, a escola, e o trabalho, até como ele enfrenta as adversidades, as barreiras sociais exclusivas abordadas pelos autores citados anteriormente. E de forma objetiva, utiliza embasamentos teóricos, afim de explicar o porquê acontece, através de narrativas pessoais contextualizadas historicamente com a Educação Especial.

#### **4. Considerações finais**

O estudo realizado através de revisão bibliográfica e documental mostrou que a inclusão das pessoas com deficiência ainda enfrenta muitos desafios, que aumentam no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica. Apesar dos avanços históricos e das iniciativas abordadas nos artigos consultados, como os avanços legais, o uso da tecnologia assistiva, a criação de materiais pedagógicos inclusivos e centros de assistência, ainda se tem muito a construir e conquistar. Os dados estatísticos do IBGE (2023) e do INEP (2023) comprovam a desigualdade estrutural no acesso a educação formal, reforçadas por fatores regionais, socioeconômicos e institucionais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

A ausência de formação específica para o ensino inclusivo, por parte dos docentes, é um fator que mostrou ser uma das principais lacunas identificadas nas bibliografias consultadas, que é o primeiro requisito para eficácia de uma educação inclusiva. Além disso, é importante destacar outras principais barreiras, a estrutural nos edifícios educacionais, e as atitudinais.

Conclui-se que, efetivação da inclusão nas modalidades de ensino depende de uma estruturação entre as políticas educacionais, com a capacitação profissional docente e o compromisso das instituições em dar assistência, então evoluir mais ainda desconstruindo as barreiras que impedem a total efetivação das políticas inclusivas.

### Agradecimentos

Agradecemos todo apoio prestado pelo IFPB e CNPq.

### Referências

ABREU, J. M. S. Percepções de Estudantes com deficiência sobre a integração, acessibilidade e inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife. 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Pernambuco, Olinda, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/254>. Acesso em: 9 Nov. 2024.

BAZANTE, T. M. G. D. A aceitação como núcleo central na afirmação da pessoa com deficiência no mundo – desafio paradigmático a Educação Especial. 2012. 157f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7771>. Acesso em 20 set. 2024.

CABRAL, E.F.L.; MOTA, LUIZA, M. M.; GOMES, T. K. Os percursos da inclusão e da formação profissional de pessoas com deficiência na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 22, p. 2-16, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11694>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FREITAS, R. Q. A importância da tecnologia assistiva na autonomia escolar de pessoas com deficiência. 2020. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1005>. Acesso em: 9 Jun. 2023.

GONÇALVES, A. C. C. Biblioteca inclusiva: acessibilidade informacional baseada no desenho universal aos usuários do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Guarabira. 2024. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/3709>. Acesso em: 30 ago. 2024.

IBGE. Pessoas com deficiência têm menor acesso a educação, ao trabalho e a renda. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticia/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso--educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em 10 ago. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse Estatística da Educação Básica em 2023. Brasília: INEP, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> Acesso em 10 ago. 2024.

PIOVERSAN, J. B., OLIVEIRA, F. N. G.; BRANCHER, V. R; SILVA, S. L. A formação do professor na sala de aula: atitudes frente à pessoa com deficiência. Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 230–2025, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13371>. Acesso em: 1 dez. 2023.

RAMOS, L. P. L. S. Vicência e práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica. 2022. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/2796>. Acesso em 25 jul. 2023.

SANTANA, S. A. de Lima. Blog Professor Inclusivo: Sou Docente de Estudantes com Deficiência, e agora?. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/bitstream/177683/4525/1/dissertac%CC%A7a%CC%83o%20Simone%20de%20Andrade%20Lima%20Santana.pdf>. Acesso em 1 jun. 2025.